

MULHER UNIVERSITÁRIA: UM GÊNERO INVISÍVEL OU INVISIBILIZADO

CEREZETTI, S. C. N. *et al.* **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?** São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. 127 p. E-book. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367420/PDF/367420por.pdf.multi>. Acesso em 15 out 2019.

JÉSSICA RODRIGUES DA SILVA¹

A obra *Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?*, de Sheila Christina Neder Cerezetti *et al.*, expõe as contradições em que se configuram mecanismos através dos quais há uma reprodução de contextos sociais excludentes. Mecanismos que perpassam, inclusive, o espaço da Universidade que, enquanto instituição do saber, deveria combater os arquétipos socialmente nutridos e incapacitantes de uma participação igualitária dos indivíduos nos espaços em que ocupam ou que deveriam ocupar. As autoras da obra são graduandas e pós-graduandas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e, por sua vez, membros fundantes do Grupo de Pesquisa e Estudos de Inclusão na Academia (GPEIA). Por meio dessa discussão, abriram um eixo a ser pesquisado com tamanha relevância e originalidade que a obra foi publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ficando disponível ao acesso livre.

Buscando compreender seu lugar enquanto mulheres no espaço da Universidade, as autoras se valeram do estudo etnográfico para observar quais violências simbólicas as mulheres estariam expostas no ambiente acadêmico e seus possíveis silenciamentos, não só enquanto alunas, mas também como docentes. A obra é composta por oito capítulos nos quais há uma teorização do papel reprodutor que a Universidade assume ao se omitir ou mesmo se posicionar através da escolha de seus currículos e quadros administrativos. A discussão final é pautada pelas hipóteses levantadas e nas considerações sobre esses resultados.

Na lógica estrutural da obra, temos uma apresentação e, no primeiro capítulo, uma introdução onde as inseguranças das mulheres universitárias são expressas já nas primeiras colocações, justificando não só a relevância do estudo como também as inquietações que precisavam ser compartilhadas entre elas e, posteriormente, problematizadas e exteriorizadas para a sociedade. Assim, as autoras relatam que nasceu o GPEIA e o próprio livro em questão. A introdução assume o papel de organizar a rica

gama de abordagens que o leitor vai encontrar ao longo da obra, para que ele possa mensurar e compreender em quantas vertentes as dinâmicas de exclusão podem se emaranhar.

No capítulo “Notas sobre a Faculdade de Direito da USP”, há uma imersão nas características físicas e socioculturais da FDUSP que convidam o leitor a dimensionar o papel marcante da arquitetura imponente (que segundo as autoras faria parte do “show-jurídico”) como representante da identidade daqueles que a ocupam e os valores que orientam a atitude de seus agentes, como: a vestimenta dos estudantes; suas posturas mimetizadas e a própria disposição característica do mobiliário. Em meio a essa arquitetura tradicional, são retratados personagens masculinos que em um dado momento fizeram parte da histórica Faculdade de Direito da USP. Se fazendo providencial, há a ressalva de que desde a sua fundação, em 1827, houve apenas uma mulher como diretora na Universidade de São Paulo (USP) e, em 2018, de 152 professores ativos apenas 26 eram mulheres. O que também estabelece um currículo oculto de pertencimento àquele local verticalizado a um determinado grupo social.

No terceiro capítulo, “Metodologia”, as autoras relatam os desafios encontrados, como graduandas de direito, em adotar o método etnográfico, pois eram pouco familiarizadas com essa metodologia. Assim, explicam ao leitor de que maneira determinaram os caminhos, recortes e foco de sua pesquisa.

Em “A Força do Tempo”, capítulo seguinte, as autoras apresentam a hipótese de que as mulheres são silenciadas ao longo do curso de Direito. Para sustentar tal afirmação, as pesquisadoras realizaram observações em diferentes momentos da graduação: no início, ao final, em seus períodos diurno e noturno, e levando em consideração que a diferença de idade e classe social entre estudantes do noturno e diurno também podem influenciar as relações de poder presentes na sala de aula.

Como resultado dessas observações, tem-se o apontamento da presença de alguns currículos ocultos na universidade que vão demarcar a posição de cada gênero nesse espaço, como: a diferenciação das vestimentas, no início os estudantes tendem a se vestir de maneira semelhante e gradualmente adotam uma caracterização sóbria no decorrer da graduação (os homens trajam ternos e as mulheres vestidos, saias sociais e terninhos); a desigualdade no tratamento social entre os gêneros e a ocupação do espaço. Segundo as observações levantadas, os homens ocupam o espaço público de maneira mais incisiva, se sentam de maneira mais espaçosa, falam mais alto e participam de maneira mais natural e espontânea nas aulas. Em oposição, as mulheres em geral: permanecem sentadas enquanto esperam pelo início das aulas; se restringem às conversas privadas, em grupos menores, e participam em grande parte quando o conteúdo aborda questões de gênero, o docente as estimula ou para tirarem dúvidas pontuais; e sempre erguem o braço, esperando pela permissão para se pronunciarem.

No quinto capítulo do livro, “Períodos Diurno e Noturno do Curso de Direito”, as autoras argumentam que as diferenças entre as classes sociais e as idades dos estudantes que compõem o período diurno e noturno podem se somar à sujeição do gênero feminino ao masculino e impactar de maneiras diversas a forma como os agentes integram e participam durante as aulas. Em suas análises, as pesquisadoras corroboram que, no perfil traçado por elas, os estudantes do período noturno seriam mais velhos e

provenientes de classes sociais mais marginalizadas. Logo, o marcador de gênero continua a ser a lente pela qual se olha para as interações. Porém, considerando esses aspectos interseccionais das relações de poder, a análise se torna mais completa e capaz de externar as nuances que a própria subjugação de um gênero em relação ao outro assume em conjunto com as demais dinâmicas de exclusão presentes na sociedade.

Em “Perfil Docente”, sexto capítulo, as autoras associam o papel do professor à possível reprodução, omissão ou enfrentamento das desigualdades que marcam as interações construídas no espaço da Universidade. O perfil docente influencia as participações através de sua centralidade e controle nos processos que ocorrem em sala aula. Por sua vez, a forma como o professor se posiciona, ou não, perante esses processos está intrinsecamente ligada ao seu próprio gênero e idade. Como já exteriorizado, o corpo docente da FDUSP, ou seja, as figuras representadas e homenageadas nesse espaço, é massivamente masculino, restando às mulheres a invisibilidade. Essa baixa representatividade de figuras femininas repercute de maneira negativa na participação das alunas, que se sentem impelidas a invisibilizarem a si mesmas diante dessas figurações ostensivamente masculinas nos espaços de poder, tanto da universidade quanto da sociedade como um todo. Esse fenômeno também é percebido nas nuances assumidas pela figura das docentes mulheres, que não recebem legitimidade em suas tentativas de exercer um papel de autoridade.

As hipóteses levantadas nesse capítulo a respeito da idade do docente e as relações que se estabelecem em sala são reforçadas por algumas situações apresentadas pelas autoras, exemplificando como a distância entre as gerações também é um fator que coloca obstáculos frente às interações. Entretanto, ainda são as docentes mulheres que mais sofrem com os desrespeitos. Além do mais, o ideário que se faz do docente masculino e mais velho é o de uma figura célebre, um patrimônio para a instituição.

Em “Metodologia de Ensino”, capítulo seguinte, o juízo que se faz é o de que a maneira pela qual a aula é conduzida, com sua pedagogia e seus métodos, constitui um fator de outra ordem que também precisa ser considerado ao tratar-se da participação em sala de aula. A opção por uma aula expositiva ou participativa estabelece padrões de comportamento que os agentes adotam naquele ambiente. Em relação à inviabilização de uma maior participação do alunado feminino, são listados alguns fatores, como: a escolha das ementas (com leituras obrigatórias e complementares em sua maioria de autores homens); a escolha por um ensino tradicional baseado nas perspectivas teóricas masculinas (nas quais as experiências das mulheres são omitidas) e o uso de exemplos relevantes sempre ligados à figura masculina. Esse conjunto de sentidos atribuídos ao método de ensino alimenta padrões de comportamento que corroboram a exclusão da mulher no ambiente da universidade, limitando a atmosfera de pertencimento sentida pelas alunas.

O oitavo capítulo, “Conclusão”, encerra a discussão com algumas considerações sobre as hipóteses levantadas no decorrer do livro, entre as quais: ainda que o ânimo geral ao final do curso seja mais discreto entre os agentes, são as mulheres que demonstram falar e ocupar menos os espaços. Apesar de todos os fatores investigados em cada capítulo corroborarem a explicar o fenômeno das interações entre os gêneros, pela lente da subjugação do feminino, esses marcadores de diferença estão ocultos, naturalizados e se revelam de maneiras quase imperceptíveis. Esse fato dificulta aos agentes que identifiquem e superem os processos discriminatórios nos quais estão inseridos. De

acordo com as autoras, a presente pesquisa constitui uma oportunidade para se repensar as práticas excludentes que ocorrem no âmbito da universidade, principalmente na faculdade de direito, que formará profissionais passíveis de assumir posições influentes nos processos de tomada das decisões que podem inspirar mudanças na construção das identidades sociais.

"Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?" se faz uma obra alicerçante nas discussões sobre a tensão que permeia as relações entre os gêneros no contexto das salas de aula da universidade brasileira, na pesquisa representada pela USP. A obra, pioneira na problematização de processos naturalizados pela sociedade e, por conseguinte, pela comunidade acadêmica, alcança no ápice de sua visibilidade a publicação pela UNESCO. Suas contribuições transpassam a grade de diversos campos do saber, abrindo precedentes para investigações mais profundas em outras tantas áreas, como: a pedagogia; a psicologia; a sociologia; a história; o próprio direito e todo e qualquer saber voltado à esfera educativa. E não apenas no caráter investigativo a obra se faz relevante, mas também em sua natureza reflexiva, capaz de inspirar um movimento de autocrítica dentro da própria FDUSP em relação aos seus posicionamentos, ressignificando seus processos educativos, por exemplo, adotando em suas ementas obras femininas.

É significativo que esse processo, e outros ainda mais revolucionários, se propaguem pelas demais instituições comprometidas com a construção de um conhecimento democrático, missão que a Universidade tenciona cumprir. Uma leitura que carrega uma perspectiva complementar às reflexões levantadas aqui, ferramenta para um melhor entendimento das dinâmicas que envolvem o silenciamento das mulheres, é o livro de Rebecca Solnit, *"Os homens explicam tudo para mim"*, de 2017.

NOTA

1) Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).